

Bacelar vai pedir bloqueio dos bens de Faria e Soares

O presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), senador Ruy Bacelar, anunciou ontem que, ainda esta semana, entrará na Justiça Federal com pedido de bloqueio dos bens do deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), do senador Odacir Soares (PFL-RO) e do funcionário Arnaldo Gomes, todos envolvidos nas irregularidades da gestão dos dois primeiros presidente e vice-presidente do órgão.

Bacelar explicou que a diretoria do IPC só pretendia agir judicialmente no momento próprio, mas sentiu-se satisfeita por ter sido provocada por ação judicial promovida pelo deputado Gustavo de Faria de prestação de contas. "Vamos aproveitar a oportunidade que ele nos oferece para fazer a contestação, mostrando que a gestão passada deu um prejuízo de 15 milhões novos ao Instituto", disse.

CONSTATAÇÃO

O presidente do IPC afirmou ao **CORREIO BRAZILIENSE** que o relatório elaborado para dar conta do levantamento pericial realizado mostra que a gestão do deputado Gustavo de Faria e do senador Odacir Soares praticou uma série de irregularidades que se traduziram em sucessivos desrespeitos à legislação e em aplicações lesivas ao órgão.

"Só de aplicações, corrigido o dinheiro", acentuou Bacelar "temos um prejuízo para o IPC da ordem de 15 milhões novos. Temos 850 de debêntures que valem um milhão e 300 mil. Corrigidos, temos três milhões de cruzados novos. Ainda temos que examinar com o advogado se vale a pena receber isso. Receber equivale a reconhecer como legítimas as operações flagrantemente irregulares.

Na ação de contestação da prestação de contas que Gustavo de Faria apresentou na Justiça Federal, o IPC pretende

solicitar a indisponibilidade ou bloqueio de bens do ex-presidente do IPC, do ex-vice-presidente (senador Odacir Soares) e do gerente-administrativo, o funcionário Arnaldo Gomes.

"Acabamos de receber do Banerj cheque de um bilhão e 730 milhões antigos, endossado pelo gerente Arnaldo Gomes. Nos termos da lei, ex-funcionário nenhum poderia endossar cheque" afirmou o presidente do IPC, Rui Bacelar, mostrando que o referido servidor também se acha implicado com as irregularidades.

Além da compra de debêntures da Rural Colonização por mais de quatro bilhões antigos numa tarde, quando na manhã do mesmo dia haviam sido vendidas por um bilhão e 300 milhões antigos, Ruy Bacelar afirma que o IPC também comprou títulos da dívida agrária com deságio de 10 por cento, quando esse deságio no mercado alcançava 60, 70 e até 80 por cento na época.

"Ao invés de ficarem com os Títulos da Dívida Agrária" observou Bacelar — voltaram a vendê-los para adquirir títulos da Eletrobrás por um bilhão e 300 milhões antigos, quando, à época, valiam no mercado 380 milhões. Além disso, depositavam recursos do IPC em bancos de menor expressão, a juros de 350 por cento, quando esses juros eram de 800 por cento, inclusive nesses mesmos bancos, onde recebiam tão pouco para o Instituto.

O senador Ruy Bacelar acredita que os autores das graves irregularidades praticadas contra o patrimônio do IPC sejam responsabilizados perante a Justiça para que os homens públicos brasileiros aprendam a assumir suas responsabilidades como gestores de dinheiros públicos. "Temos de lutar para restabelecer a dignidade no exercício da função pública", disse o senador.